

Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia

Museums, Development and Emancipation: The Paradox of Emancipation and Developmental Speech at (New) Museology

Glauber Guedes Ferreira de Lima *

Resumo: A identidade contemporânea dos Museus está fundada sob um imperativo que o associa a propósitos desenvolvimentistas e emancipatórios. Movimentos renovadores e novos conceitos em meio à museologia, que se propõem a fortalecer uma relação democrática dos Museus para com a Sociedade, se mostram homogêneos em afirmar a necessidade dos museus se aproximarem das comunidades a fim de construírem uma relação de desenvolvimento local sob o protagonismo dos agentes comunitários. Contudo, embora se apresentem enquanto filiados a referências avessas à lógica do Capital, como é o caso do que se faz em relação à Pedagogia libertadora de Paulo Freire, e se utilizem de um léxico progressista, tais movimentos e perspectivas – aqui discutidas por meio do exemplo da Nova Museologia – organizam suas práticas a partir de estratégias conservadoras e despolitizantes. A forma como estes significam os insumos do processo de transformação social construído a partir dos Museus, será discutido de forma a apresentar as contradições que envolvem o seu propósito emancipador e a relação íntima que possuem com o projeto neoliberal. Desta condição é que advém o fato de percebermos uma relação paradoxal no discurso emancipatório produzido a partir da museologia. Por fim, a constatação de sua inconsistência enquanto alternativa para o ativismo de grupos subalternos é que inspirará a reflexão acerca dos caminhos a serem percorridos na construção de uma nova institucionalidade, a qual deverá dissolver tal paradoxo e viabilizar uma alternativa consistente em que estejam relacionados museus e emancipação.

Palavras-chave: Museu. Desenvolvimento. Emancipação

Abstract: The contemporary museum's identity is founded on an imperative that associates developmental and emancipatory purposes. Renovator's movements and new concepts amid museology, that propound to strengthen a democratic relationship between the museums and the society, appear homogeneous in affirming the need for museums to approach communities in order to build a local development's relationship under the leadership of its agents. However, while features of affiliation have reverse the logic of Capital references - as in the case of what happened in relation to liberating pedagogy of Paulo Freire - and the use of a progressive lexicon, of these movements and perspectives – here we speak of a New Museology - organizing their practices from conservative strategies and depoliticization. The way these inputs assume the process of social transformation constructed from the Museum, will be discussed in order to present the contradictions involved in their emancipatory purpose and the close relationship they have with the neoliberal project. This condition is the fact that leads to perceive a paradoxical relationship in emancipatory discourse produced from museology. Finally, the observation of this inconsistency as an alternative to activism of subordinate groups is what inspired reflections on the routes to be followed in the construction of a new institutional framework, which should dissolve this paradox and enable a consistent alternative as it relates to museums and emancipation.

Keywords: Museum; Development; Emancipation

* Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2003) e Mestre em História Social pela Universidade de Brasília - UnB (2007). Professor Assistente do curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás. delimaglauber@gmail.com

1. Introdução

A contemporaneidade tem sido palco da construção de um entendimento de Cultura - na esfera das políticas culturais - que a condiciona como um recurso, uma ferramenta agenciadora de meios para a consecução de fins, sendo estes a melhoria sociopolítica e econômica da sociedade por meio da instrumentalização das atividades culturais. Uma importante característica desse processo pode ser percebida por meio da proximidade entre as políticas culturais e as agências nacionais e internacionais de desenvolvimento, as quais concebem a Cultura enquanto elemento fundamental para o crescimento econômico e mediação dos conflitos sociais (YÚDICE, 2006).

Não coincidentemente, a temporalidade em questão é a mesma em que percebemos uma proliferação de museus (BRASIL, 2011). No Brasil, é cada vez maior o número de espaços musealizados, assim como é crescente o número de visitantes. Sua presença em meio aos modelos de desenvolvimento idealizados por poderosas instituições transnacionais – como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – que respaldam políticas que dialoguem fortemente com a preservação da memória, turismo e ações sócio-educativas, é um importante indício do crescimento da importância dos museus dentro de uma lógica de instrumentalização¹.

Reflexo disso é o crescente número de projetos voltados à reordenação de cidades e demais localidades com vistas a receber turistas, onde são comuns ações que contemplem a criação de espaços museais. Além disso, tem se tornado comuns iniciativas induzidas pelo próprio Estado com vistas a mediar conflitos que envolvam grupos sob vulnerabilidade social (BRASIL, 2007) por meio da institucionalização da memória².

¹ O festejado projeto em torno da criação do Museu do Frevo, recém-inaugurado no Paço do Frevo em Recife-PE, é apenas uma, dentre tantas outras iniciativas, a articular Bancos e Agências de Desenvolvimento com investimentos que envolvam Patrimônio, mas espelha com clareza o processo que potencializa a relação Cultura, Economia e Desenvolvimento. A Prefeitura do Recife, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, Governo do Estado, além de outros parceiros públicos e privados (empresas de diversos setores), por meio de recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, são os responsáveis pela autoria do empreendimento. A chefe do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo do BNDES, Luciane Gorgulho, assim definiu a perspectiva do Banco sobre esta iniciativa: "O Paço do Frevo é singular porque congrega no mesmo projeto a preservação do patrimônio histórico material e imaterial. Além disso, vai atrair visitantes para o centro histórico do Recife, contribuindo para sua revitalização, e gerará receitas, por meio de venda de produtos e do estúdio de gravação. É o exemplo de projeto de Economia da Cultura que o BNDES busca apoiar". Há de se ressaltar ainda que o BNDES se coloca como o maior apoiador da preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico brasileiro, sendo que só em Pernambuco possui uma carteira significativa de projetos da mesma natureza, totalizando em R\$ 21,2 milhões o quantitativo de investimentos por meio de 18 iniciativas realizadas no estado desde 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2014/Todas/20140210_frevo.html Acesso em: 29 de Ago. 2014.

² O Instituto Brasileiro de Museus possui um programa específico denominado "Programa Pontos de Memória" que tem como objetivo apoiar ações e iniciativas que valorizam o protagonismo comunitário e que concebem o museu como instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável. Disponível

Tal ascensão dos Museus não se deu à margem do próprio fortalecimento da Indústria Cultural. Esta aproximação não tardou a construir uma relação íntima entre uma importante fatia de iniciativas museológicas e o que se convencionou chamar de Cultura de Massa, o que nos leva a não estranhar que ações comuns ao fazer museológico, como preservar e colecionar tenham se tornado uma tendência nas práticas estéticas contemporâneas. O modismo retrô, a obsessão pelo arquivamento individual ou coletivo – especialmente por meio das mídias digitais, a ascensão das políticas de restauração de antigos centros urbanos, entre outras manifestações, são indícios claros do processo que tornou o museu (em seu sentido mais amplo e amorfo) o paradigma-chave das atividades culturais contemporâneas (HUYSEN, 1994).

Em meio a tal conjuntura, que une proliferação de museus e sua instrumentalização, torna-se evidente que a própria identidade institucional dos museus está comumente associada a propósitos desenvolvimentistas (VAN MENSCH, 2004). Esta condição, em especial, é que fortalece o seu caráter útil e vigoroso na atualidade, algo muito claro no referido interesse das agências de financiamento transnacionais. Não há como conceber um entendimento atualizado a respeito destas iniciativas museais em que estas estejam desligadas de um discurso ou de um projeto que atribui a tais instituições um potencial de provocar metamorfoses sociais.

Tal potencial transformador ganhou uma significação em meio à museologia, especialmente no Brasil e em países latino-americanos, onde a transformação social haveria de focar nas comunidades envolvidas com os museus, devendo ser este um processo que as concedesse centralidade e que provesse desenvolvimento local. Este entendimento engloba o que se convencionou chamar por “Nova Museologia”³, perspectiva que se tornou quase majoritária no campo museal e que contribuiu significativamente na determinação dos rumos das políticas públicas para museus no Brasil.

em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>. Acesso em: 29 de Ago. 2014.

³ A Nova Museologia é uma corrente de pensamento que possui seu início na década de 1970, mas que se fortaleceu, influenciou e se consolidou em meio aos estudiosos dos Museus a partir da década de 1980. As suas características principais, segundo apresentação dos autores os quais se identificam com esta perspectiva, residem no seu interesse por conferir aos museus um papel social em contraposição ao papel realizado até então pelo Museu “tradicional”, além de caracterizar a museologia como uma disciplina eminentemente interdisciplinar. Diante deste novo foco, as coleções perdem a centralidade e tal condição passa a residir, agora, nas comunidades envolvidas com os museus. Uma importante referência sobre os preceitos que a envolvem, consiste no trabalho publicado pelo museólogo francês Andre Desvalles (1992) - “Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie”, a qual acabou por influenciar muitos das pesquisas e práticas em museus em países como a própria França, além de Portugal, México e Brasil, e se tornar uma importante referência para os estudos nessa área.

Parelho ao seu florescimento construiu-se um entendimento quase que homogêneo no mesmo campo, que consiste na percepção de Transformação Social dentro da Nova Museologia, enquanto uma proposta emancipatória e contra-hegemônica, que opera segundo diretrizes pragmáticas, mas que acabam se tornando a única (ou a melhor) alternativa possível ao fazer museológico conservador e etnitista, incidindo sua práxis na superação do modelo presente nesta última modalidade de museus.

O que se pretende evidenciar por meio deste trabalho é que a Nova Museologia, e demais perspectivas festejadas em meio à lógica vigente na Economia da Cultura (YÚDICE, 2007) estão atreladas a um projeto que não representa um potencial de transformação da ordem social em uma perspectiva Libertadora, Emancipatória e Desalienante⁴, mas sim de manutenção e sofisticação da ordem vigente, a qual se constrói sobre forte influência Liberal. Mais ainda, que os discursos e estratégias utilizados em meio ao fazer museológico se fundamentam em uma apropriação de conceitos, ideias e proposições que possuem sua gênese em projetos progressistas, mas que, por meio de uma operação de resignificação, ganharam um sentido instrumental e despolitizante.

O roteiro aqui escolhido para abordar tal problema se organiza da seguinte forma: I – Discutir a gênese do imperativo de transformação da sociedade em meio aos museus, especialmente no que diz respeito à realidade brasileira; II – Análise da relação contemporânea que os agentes envolvidos com os Museus constroem a partir dos conceitos de memória e criatividade como insumos de um processo de construção da mudança social; III – Considerações finais.

2. A Nova Museologia, desenvolvimento e transformação social: A inconsistência de um projeto emancipatório para os Museus

O projeto representado por meio da Nova Museologia é responsável por fortalecer um entendimento específico acerca do papel social dos museus em meio às mais diferentes esferas, o que envolve desde o poder público, a universidade e as iniciativas comunitárias.

Compreendê-lo envolve, necessariamente, rediscutirmos a gênese da própria Nova Museologia. Este exercício, que se dará logo a seguir, deverá ser breve em

⁴ Consideramos os referidos conceitos em meio aos significados que lhe são atribuídos por Paulo Freire (1987).

razão das limitações impostas pela natureza deste trabalho e evidenciará os contornos do discurso que nasceu sob a pretensão de refundar a identidade dos museus. Assim como também tornará evidente a metamorfose pela qual passou esta concepção inicial, culminado com o projeto atual que se contradiz, em elementos importantes, com a perspectiva de Santiago⁵.

São numerosas e bastante similares as narrativas que tratam dessa refundação. Majoritariamente, estas remetem à América Latina como um importante lugar de sua construção. A confecção deste discurso não se deu alheia à pauta libertadora dos movimentos sociais, nem tampouco ao debate desenvolvimentista travado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 na região. Em razão disso, o museu idealizado nesse cenário haveria de absorver parte das demandas reformadoras que se colocaram desde então.

O anseio por um museu com vocação transformadora, independentemente dos termos em que esta deveria se dar, seria um aspecto marcante desta nova identidade em construção. Contribuição decisiva para inspirar esta perspectiva são as idéias de Paulo Freire e seu projeto fundado na transformação da sociedade pela via emancipatória dos homens.

Freire é descrito dentro do campo museológico, com grande frequência, como o grande inspirador do debate sobre o papel social dos museus na América Latina (ALVES; REIS, 2013). O episódio em que é convidado para chefiar a Mesa Redonda de Santiago, no ano de 1972, tendo seu nome sido rejeitado pelo delegado brasileiro da ONU em razão de sua oposição ao então governo do seu país, é constantemente citado na literatura da Museologia e bastante emblemático sobre a relação que importantes segmentos em meio aos museus buscam construir com suas idéias⁶.

O sentido que os entusiastas da Nova Museologia concedem à relação de Paulo Freire com os princípios norteadores deste movimento pode ser exemplificado a

⁵ No ano de 1972 foi realizado um evento que é compreendido no campo da Museologia como um marco fundamental de seu processo de renovação. Este consistiu numa mesa redonda organizada pelo Comitê Internacional de Museus – ICOM, realizada na cidade de Santiago, capital do Chile, a qual reuniu pensadores latino americanos envolvidos com uma pauta libertadora. Os princípios, resoluções e recomendações que se constituíram a partir deste debate são tidos como elementos norteadores de um fazer museológico renovador, comprometido com as comunidades e com seu desenvolvimento (ICOM, 1972).

⁶ É interessante observar como a narrativa deste episódio está presente em quase toda a literatura que trata direta ou tangencialmente dos princípios norteadores da Nova Museologia. A peculiaridade de tal aspecto reside no fato deste surgir em detrimento de uma reflexão mais aprofundada a respeito dos elementos que se harmonizam entre tal movimento renovador e o projeto de Freire, como se o fato político em torno do seu convite fosse elemento suficiente para conferir uma filiação teórica consistente entre a Nova Museologia e a Pedagogia Libertadora.

partir do entendimento de Maria Célia T. M. Santos, uma importante estudiosa das relações entre museus e educação no Brasil:

(...) os temas mais marcantes da sua obra, ou seja: a conscientização e a mudança, que levam o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, comprometido com um projeto de sociedade diferente, estiveram e ainda estão presentes (na museologia), ou melhor, são o cerne das proposições de Santiago (SANTOS, 2009, p.110).

Neste sentido, a nova identidade dos museus, que começa a se evidenciar a partir do evento de Santiago, emerge associada a um imperativo de alteração da ordem social que se apresenta enquanto filiada à Pedagogia libertadora de Paulo Freire. Entretanto, como foi afirmado anteriormente, entendemos que a Museologia apresenta uma incongruência entre tal projeto idealizado no referido período e o discurso que se construiu ao longo das décadas seguintes.

O discurso de Freire, sob inspiração marxista⁷, problematiza a mudança social por meio da compreensão acerca das contradições inerentes à relação capital-trabalho, assim como da conscientização do indivíduo sobre o processo que constitui a opressão, tendo em vista a (re)humanização daqueles que se encontram na condição de oprimido. Entretanto, a perspectiva hegemônica no campo museológico refere-se à transformação social por meio de estratégias que não concedem centralidade à desconstrução das razões que estruturam as desigualdades. Em meio aos desdobramentos que se deram a partir da influência da Nova Museologia, a mudança da sociedade a ser construída com a participação dos museus implica em um processo de inclusão à ordem vigente.

Tais desdobramentos, construídas sob os auspícios de uma Economia da Cultura notadamente orientada pela lógica de mercado (BURITY, 2007), esterilizam o Museu enquanto propulsor de um processo emancipador (no sentido atribuído ao termo por Paulo Freire), mas fazem-no parecer interessante a alguns segmentos, sob o ponto de vista socioeconômico, por operar transformações que se fazem convenientes ao modelo de sociedade liberal. Mesmo com um contexto em que, majoritariamente, os museus operem sob esta perspectiva, o discurso de que sua

⁷ Não se trata aqui de afirmar uma filiação direta de Paulo Freire ao Marxismo, mas sim de ressaltar a importância da Filosofia de Karl Marx para o seu pensamento. Ademais, sua filosofia tem como base o idealismo e se fundamenta no método fenomenológico, o que se contrapõe ao Materialismo presente em Marx, dentre outras questões. Contudo, é por meio de Marx que Freire estabelece uma crítica vigorosa ao liberalismo que constitui aspectos fundamentais da sociedade a qual ele está interessado que seja transformada. É dele que vem uma forte inspiração para propor uma Pedagogia que se dedique a desvelar as contradições que acabam por constituir opressores e oprimidos (ZANELLA, 2007).

identidade renovada é tributária das ideias de Paulo Freire, sendo a Nova Museologia um desdobramento harmônico dos seus postulados, ainda é muito sólido.

Desvelar as diferenças entre a Nova Museologia e o discurso Libertador de Paulo, mais especificamente no que diz respeito aos sentidos que se dá aos termos que envolvem algum tipo de metamorfose social – Transformação Social, Desenvolvimento e Emancipação – torna-se, então, muito mais que um exercício de preciosismo acadêmico em torno de conceitos. Tal reflexão implica em delimitar com maior clareza os contornos de projetos distintos, mas que partilham de um mesmo léxico em meio aos museus. Por serem elementos tão caros à esfera cultural na contemporaneidade, é que tais terminologias acabam revelando traços fundamentais dos projetos que os resignificam.

Transformar a sociedade é um princípio basilar dentro da obra de Paulo Freire, assim como o é para a Nova Museologia, desde que esta se deixou inspirar pelo seu pensamento. Nas resoluções adotadas pela Mesa Redonda de Santiago em 1972, a relação entre museus e mudança, por meio da conscientização das comunidades, é algo explícito e revelador da identidade que, neste momento, os museus buscavam ter:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (ICOM, 2009, p.112-113).

Neste sentido, torna-se importante aprofundar tal ideia em Freire por meio de uma reflexão acerca dos fundamentos que orientaram sua concepção, afim de que possamos analisar até que ponto a Nova Museologia se vale das mesmas prerrogativas, ou as ignora, para colocar os museus como instituições promotoras de mudanças na sociedade. Mais ainda, cabe pensarmos aqui na pedagogia libertadora de Freire, e no seu propósito emancipador, também como um modelo de Desenvolvimento (VALENTE, 2009), o qual se constitui por princípios, em alguns momentos similares aos que se percebe em meio aos modelos convencionais concebidos historicamente, e em outros, dotado de uma perspectiva humanizadora bastante singular.

Paulo Freire, embora sob uma perspectiva específica em comparação aos termos em que se construiu tal discussão sobre desenvolvimento, esteve, ao mesmo

tempo, sob a influência da pauta da intelectualidade da América Latina que se construiu a partir do final da década de 1940, assim como a influenciou nas décadas seguintes por meio de seus trabalhos.

A gênese da elaboração de teorias de desenvolvimento, construídas pelos próprios intelectuais da região, remonta à criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas - CEPAL, em 1949. Esta instituição foi criada sob um contexto em que se destacavam as ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que fundamentalmente consistiam na defesa da centralidade do Estado como instrumento regulador da economia, com a finalidade de construir uma realidade de pleno emprego. O modelo de Estado de Bem-estar social defendido por Keynes era avesso, em seus aspectos mais importantes, aos preceitos liberais que haviam orientado a economia mundial até então. Neste momento, sob forte influência do argentino Raul Prebisch e do brasileiro Celso Furtado, o pensamento cepalino construiu um modelo de análise específico, que se adequava ao contexto histórico das sociedades latino-americanas. A raiz do modelo de desenvolvimento preconizado pelo CEPAL residia na criação de condições por parte do Estado, por meio de políticas protecionistas, para a industrialização das economias periféricas voltadas para o mercado interno (BIELSCHOWSKY, 2000).

Embora esta perspectiva tenha sido original e de grande valia, especialmente na compreensão em torno do fenômeno do subdesenvolvimento, o conjunto de ideias apresentadas limitou-se a discutir o papel do Estado e a oferecer diretrizes para uma política econômica que tinha por objetivo minimizar os efeitos do subdesenvolvimento nas economias periféricas. Não há nada a ser apontado que indique um entendimento no sentido de superar as contradições inerentes à lógica do Capital, mas apenas em minimizar seus efeitos.

Ao longo das décadas de 1950, os debates sobre desenvolvimento ganharam centralidade em meio à intelectualidade brasileira. Reflexo disso foi a criação em 1955 do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Esta instituição estava orientada pela perspectiva econômica da CEPAL e seguia a mesma tendência de não problematizar densamente a respeito das contradições da relação capital-trabalho. No plano político, assumiu uma postura nacionalista e de militância em favor do desenvolvimento. Segundo Hélio Jaguaribe (apud LOVATTO, 1996), um dos fundadores e membros mais importantes do ISEB, o nacionalismo deveria consistir em um sentimento de fins, o qual deveria unir toda sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento que contemplasse as aspirações de todas as classes. Ponto crucial

da perspectiva desenvolvimentista do ISEB, a qual aproximará Paulo Freire do debate, diz respeito ao papel transformador atribuído à Cultura. Para estes intelectuais, em especial Álvaro Vieira Pinto, cabia a esta, concebida aqui como manifestação artística, desencadear um processo de transformação com forte participação popular, que fortalecesse o sentimento de nacionalismo em contraposição a um discurso colonialista ainda presente na produção cultural do país (MARTINI, 2009).

Embora houvesse ligações entre o pensamento do ISEB e Freire, havia também distinções fundamentais entre ambas as proposições, o que espelha com clareza os contornos de alguns elementos caros ao seu pensamento. A primeira delas é a recusa em aceitar a proletarianização do trabalhador como um dado natural e intocável. A lógica industrializadora e urbanizadora inerente ao ISEB, que alocava os trabalhadores nessa condição estática, se chocava com o anseio reformista de Freire, inclusive com sua percepção acerca do papel a ser exercido pelas comunidades camponesas.

Uma segunda distinção importante reside no perfil da formação de Paulo Freire, mais plural e menos economicista que a dos pensadores do ISEB. Esta condição, certamente, foi fundamental para que se construísse um entendimento de desenvolvimento que deslocava o foco da discussão. Em Freire, a centralidade da questão reside na humanização dos desvalidos. Sua formação cristã e as experiências empíricas que vivenciou é que constituíram seu compromisso com estas comunidades. Contudo, foi por meio do contato com a obra de Marx - a qual fez questão de afirmar que não configurava uma contradição com os seus valores cristãos, embora não o permitisse auto definir-se como Marxista -, que sua Pedagogia avançou na direção de uma crítica muito sofisticada acerca da realidade que estava interessado em transformar⁸.

⁸ Sobre a importância de Marx em seu pensamento, Freire afirmou o seguinte: “Quando muito moço, muito jovem, eu fui aos mangues do Recife, aos córregos do Recife, aos morros do Recife, as zonas rurais de Pernambuco, trabalhar com os camponeses, com as camponesas, com os favelados. Eu confesso sem nenhuma xuruminga, eu confesso que fui até lá movido por uma certa lealdade ao Cristo de quem eu era mais ou menos camarada. Mas o que acontece é que quando eu chego lá, a realidade dura do favelado, a realidade dura do camponês, a negação de seu ser como gente, a tendência àquela adaptação que a gente falou antes, aquele estado quase inerte diante da negação da liberdade, aquilo tudo me remeteu à Marx. Eu sempre digo, não foram os camponeses que disseram a mim: - Paulo, tu já leste Marx? Não, de jeito nenhum, eles não liam nem jornal. Foi a realidade deles que me remeteu à Marx. E eu fui a Marx, e é aí que os jornalistas europeus em 1970 não entenderam a minha afirmação. É que quanto mais eu li Marx, tanto mais eu encontrei uma certa fundamentação objetiva para continuar camarada de Cristo. Então as leituras que eu fiz de Marx, alongamentos de Marx, não me sugeriram jamais que eu deixasse de encontrar Cristo nas esquinas das próprias favelas, eu fiquei com Marx na mundaneidade à procura de Cristo na transcendentalidade” (FREIRE, 1997). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pSyaZAWlr1I>. Acesso em: 26 abr. 2014.

O Desenvolvimento, no pensamento de Paulo Freire, é o resultado de uma prática educativa libertadora. É esta uma práxis humanizadora construída pelos excluídos, marginalizados e minorias sociais – os oprimidos, que são filhos das contradições inerentes à relação capital-trabalho. Os modelos hegemônicos que o antecedem, ou os que o sucedem, se distanciam do que ele concebe como Desenvolvimento justamente por se fundamentarem na reprodução dessa lógica excludente e opressora.

Freire compartilha da leitura de Marx acerca da relação dialética que constitui opressores e oprimidos apresentada por Hegel. Por conseguinte, acredita que a emancipação dos oprimidos não reside apenas na compreensão da existência desta relação no plano das ideias, mas na sua superação por meio de uma práxis libertadora, desalienante. Nas palavras do autor:

Não basta saber-se numa relação dialética com seu opressor – seu contrário antagônico – descobrindo, por exemplo, que sem ele o opressor não existiria, para estarem de fato libertados. É preciso, enfatizemos, que se entreguem à práxis libertadora (FREIRE, 1987, p. 19).

Marx percebia a atividade sensível como fundamental na determinação do humanismo⁹. Ao manifestar-se acerca da sensibilidade contemplativa como constitutiva da razão humana, elemento presente na Filosofia de Hegel, rejeitará o caráter inerte e desprovido de movimento de tal proposição. Em seu horizonte, ficará determinado que será por meio da práxis, de uma postura avessa à mera contemplação, que a humanização será constituída. Se for por meio da atividade

⁹ Esse entendimento pode ser percebido por meio do debate que Marx estabelece com as ideias do Filósofo Alemão Feuerbach que, por conseguinte, era discípulo de Hegel e havia prolongando algumas questões já presentes na filosofia hegeliana acerca da alienação. A obra deste seu interlocutor consiste em uma filosofia naturalista-humanista que centrava suas críticas no Cristianismo e na Modernidade, na alienação e no egoísmo, que acreditava serem decorrentes de ambas. O que Feuerbach chamava de núcleo humano - que seria a essência genérica dos homens, era algo determinado naturalmente e não por Deus, devendo ser resgatado pelo indivíduo o que, consequentemente, reconstituiria a sua humanidade e encerraria a condição alienada. Tal processo haveria de se dar por meio do que ele chama de contemplação da realidade sensível, sendo tal proposição uma negativa ao idealismo de Hegel e um entendimento que definia a existência no plano da realidade concreta. Embora Marx tenha reconhecido avanços importantes em Feuerbach, também percebeu que suas ideias desconsideram a importância da atividade como definidora do caráter humano, como se a mera coexistência do que ele chama de Eu e do Tu fosse suficiente para constituir uma humanização nas relações entre os indivíduos. Marx construirá seu materialismo negando alguns desses pressupostos assim como desenvolvendo outros. Fundamentalmente, antagonizava com a perspectiva naturalista acerca da essência humana, assim como com o fato de que o Cristianismo era a razão maior da alienação. Para ele, ambas as questões possuem sua gênese em processos sociais construídos pela própria sociedade, rejeitando absolutamente a percepção da Cristianização como algo que está além do próprio homem, assim como que a solvência da deformação da fantasia e do sonho da religião seriam suficientes para a desalienação do homem (MARX; ENGELS, 2005).

sensível que se edifica a autoalienação do homem, também será por ela que se construirá o caminho para a libertação.

Paulo Freire partilhava da rejeição Marxista à sensibilidade contemplativa como instância suficiente ao processo emancipatório. Seu discurso pautava-se em uma transformação a ser construída além do campo das ideias, na práxis, na esfera que verdadeiramente humaniza o homem. Para ele, é por meio da condição invariavelmente humana que este pode tomar ciência criticamente do que ele chama de situações-limites, daquilo que se apresenta na realidade e que supostamente naturaliza sua condição de oprimido. Tal conjuntura, aparentemente intransponível, é na verdade um estado de coisas construído historicamente e passível de superação. A tomada de consciência, ao invés de aceitação passiva dessa realidade, implicará em ação, em atos-limites, em respostas verdadeiramente transformadoras, em uma práxis libertadora.

Por conseguinte, o pensamento de Paulo Freire se indissocia da transformação da ordem social. Para ele, o Desenvolvimento, que se dará por meio da própria práxis, haverá de ser assim um processo onde se esvaeçam as contradições objetivas existentes na relação capital-trabalho, que é exatamente o plano onde elas se constroem.

No que diz respeito à Nova Museologia, os teóricos e agentes interessados em sua difusão não são tímidos em apontar uma relação direta entre este movimento e uma Pedagogia Libertadora, chegando a se falar em uma “museologia da libertação”¹⁰. Contudo, entendemos que esta apropriação do pensamento de Freire não corresponde objetivamente ao sentido de transformação social constituído em meio a importantes iniciativas museológicas que se identificam com tal perspectiva e, principalmente, com as políticas públicas dirigidas aos museus brasileiros na atualidade que também são concebidas sob os auspícios desta renovação museológica.

A relação pragmática com o Capital em meio a esta perspectiva – visível por meio da naturalização das parcerias com grandes empresas, das práticas educativas voltadas ao fomento do empreendedorismo e das iniciativas de desenvolvimento comunitário situados dentro de uma lógica compensatória – torna, no mínimo,

¹⁰ Hughes de Varine, que foi diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e despontou como um dos principais teóricos da chamada Nova Museologia, se refere a este termo no intuito de afirmar a filiação deste movimento com o pensamento de Paulo Freire (VARINE, 2012. p. 192).

desafinada a relação entre o projeto emancipador de Paulo Freire e as aspirações transformadoras da Nova Museologia.

Tal incongruência torna-se ainda mais clara mediante a análise da Declaração de Caracas, documento basilar da Nova Museologia e idealizado como forma de rediscuti-lo após 20 anos da Mesa Redonda de Santiago (ICOM, 2009a). Esta carta expõe de forma direta o avanço que a lógica neoliberal exerceu sobre o campo dos Museus por meio, especialmente, da primazia do discurso gerencialista (GAULEJAC, 2007) em meio às suas diretrizes. A ideia de que o desenvolvimento da potencialidade do Museu (seu papel social) está em relação direta com a sua capacidade de gerar e administrar eficientemente seus recursos e ser eficaz na materialização de seus objetivos, ou de que seu protagonismo como fator de mudança passa, diretamente, pela consolidação de modernas estratégias de gestão, evidencia uma compreensão de emancipação enquanto resultado da habilidade gerencial e empreendedorismo de seus agentes, deslocando a centralidade da questão da política para a técnica¹¹.

Este entendimento implica em situar em planos divergentes, quando não diametralmente opostos, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e a Nova Museologia. A identidade pragmática, gerencial e desenvolvimentista que permeia tal movimento impossibilita que a relação entre ambos vá além da engenhosidade discursiva de avocar uma filiação como tentativa de imprimir uma aparência progressista ao seu projeto.

Embora não seja a finalidade deste trabalho pormenorizar como historicamente a Museologia se distanciou de uma pauta libertadora nos anos posteriores à Mesa Redonda de Santiago, em razão das próprias limitações que seu formato o impõe, compreende-se aqui que os museus não ficaram alheios ao processo de ascensão neoliberal que impregnou a América Latina nas últimas décadas do Século XX. A extraordinária capacidade da narrativa neoliberal em adaptar, ou ressignificar, o léxico de discursos contra-hegemônicos como o de Paulo Freire, implicou na incorporação de conceitos e terminologias fundados em meio a discursos críticos à própria lógica liberal, o que passou a conferir ao discurso hegemônico esta sofisticada embalagem progressista de forte eficácia ideológica¹².

¹¹ Boaventura de Souza Santos descreve tal movimento – centralidade da técnica em detrimento da política, como um dos aspectos básicos da globalização neoliberal. (SANTOS, 2003)

¹² Estudos em meio à educação, como os de Leher (2007) (2010), já demonstraram como esse mesmo processo de apropriação ocorre com grande eficácia em outras esferas. A construção da difusão e legitimidade de um discurso hegemônico, não raramente, passa pela sua edificação em meio a terminologias e estratégias que possuem uma gênese progressista.

Entendemos que o que ocorreu aos museus, por meio da Nova Museologia, espelha quase que de maneira simétrica este processo. A fim de que este se apresente de forma nítida, optamos por discutir, a partir de uma equação simbólica proposta pelo Comitê Internacional de Museus - ICOM, os usos contemporâneos de variáveis que, segundo esta perspectiva, são fundamentais para a construção de mudanças sociais operadas por instituições museológicas. O que discutiremos a seguir é a concepção de emancipação, que se revela a partir das estratégias engendradas pela Nova Museologia na atualidade, com a finalidade de mudança social.

3. A Transformação social em meio à Nova Museologia

Como forma de comemorar o Dia Internacional dos Museus, o comitê consultivo do ICOM propôs o tema “Museums (Memory + Creativity) = Social Change”, o qual deveria inspirar as discussões a serem realizadas em meio ao evento. A proposta foi amplamente acolhida pelo campo museal, o que acabou por significá-la em uma dimensão que foi além do seu caráter comemorativo¹³. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) promoveu - como um desdobramento da Política Nacional de Museus, a 11ª. Semana dos Museus, a qual reverberou a proposta lançada pelo ICOM.

A escolha por utilizar a equação proposta pelo ICOM como estratégia para evidenciar o Projeto com o qual a Nova Museologia se associa, se fundamenta em uma metodologia de discutir continuamente os sentidos atribuídos ao léxico utilizado em meio aos museus e sua filiação discursiva. As terminologias Memória, Criatividade e Mudança Social estão longe de incidirem em sentidos absolutos, assim como estão distantes de serem instrumentalizadas sob os mesmos propósitos. Para que possamos compreender os limites da “Social Change” idealizada pela Nova Museologia, torna-se imperativo, então, considerar os sentidos com os quais cada um desses termos se apresenta em meio às instâncias que se filiam a tal movimento.

Começamos pela Memória, a qual está significada na Nova Museologia sob um dever moral em torno da sua conservação. A crítica em torno deste imperativo questiona diretamente a sua estranheza ao novo, à transformação, ao desconhecido e ao esquecimento. Nietzsche (2003, p. 11), um dos maiores interessados nesta questão, percebia na luta contra o esquecimento a existência de um processo de

¹³ A iniciativa fez parte da 23a. Conferência Geral do ICOM, que ocorreu no Rio de Janeiro em Julho de 2013.

construção de um mundo limitado, pois ao se evitar a novidade por meio da petrificação do passado, o homem acaba por fragilizar a possibilidade de criar.

Sua preservação em meio aos processos de musealização e patrimonialização - inclusive os que se dão sob os auspícios de uma museologia comunitária, periférica, social e demais tipologias normalmente utilizados em meio ao campo museológico para denotar uma oposição a uma prática museológica colecionista e elitista, acaba por engendrar uma institucionalidade paradoxal ao passo que, ao mesmo tempo em que se propõe a ser transformadora da sociedade, acaba por engessar o presente em razão de sua obsessão com a preservação do que se percebe necessário conservar.

Henri-Pierre Jeudy (2005), crítico do efeito paralisante do dever de memória sobre o Patrimônio, especialmente do seu impacto negativo sobre os espaços urbanos “revitalizados”, percebe a existência, ao menos no mundo ocidental, de uma relação direta entre Patrimônio, Memória e Conservação. Para tal autor, o Patrimônio assume na contemporaneidade um papel determinante na manutenção da ordem simbólica de uma sociedade ao passo em que este é concebido por meio do conceito de princípio da reflexividade. Este, que fundamenta e impulsiona as políticas de patrimonialização, consiste em evidenciar objetos, territórios e uma série de narrativas que se articulam com a memória da fundação do enquadramento simbólico que originou uma determinada coletividade. O receio pelo seu esquecimento acaba por naturalizar a necessidade de conservar, o que acaba por engendrar uma lógica petrificadora e efêmera sobre o presente.

Esta maneira de conceber a relação do Patrimônio com a Memória - desta como um reflexo de algum traço social comum a ser inevitavelmente conservado, implica em um efeito despolitizante que é característico das políticas culturais atuais. Reflexo importante desta questão pode ser exemplificado por meio dos eco-museus europeus que, curiosamente, são percebidos pela Nova Museologia como uma ótima reprodução das novas diretrizes museológicas concebidas na segunda metade do Século XX:

Tomemos como exemplo os eco-museus. Na sua origem, eles deveriam ser “terapêuticos”, pois seu papel era o de reconstruir um vínculo que corria o risco de fazer falta após a reestruturação dos modos de produção industrial e das regiões fornecedoras de mão-de-obra. A divisão das memórias coletivas dos operários ia desaparecer e os ecomuseus deveriam ficar no seu lugar. Mas a lógica “ecomuseográfica” “patrimonializou” o que não deveria; as memórias coletivas não podem ser tratadas como objetos ou territórios. Os eco-museus se mataram eles próprios, perderam a dimensão social, só sobrou uma restituição petrificada de memórias operárias (JEUDY, 2002, p. 75).

Embora tais relações sejam responsáveis por impor ao presente a pauta da conservação e do desprezo pelo inaudito, a patrimonialização/musealização não anula a possibilidade de que se construam ordens de significado contra-hegemônicas por meio dos mesmos objetos, territórios e culturas patrimonializados. Essa ordem alternativa, avessa ao discurso hegemônico e reflexivo presente nos lugares de memória, emerge por meio de construções autônomas aos dispositivos de transmissão desses espaços, mas que só se torna possível em razão da existência de algo que foi musealizado.

Não se trata aqui de invalidar o potencial transformador atrelado à memória. O problema reside no seu uso em meio à museificação e a respectiva necessidade de engessá-la e de espetacularizá-la, inerente ao processo de musealização convencional. A dinâmica inerente às memórias coletivas é um vetor importantíssimo da capacidade de uma comunidade operar mudanças sobre a realidade. A paralisia desse processo – inevitável pela lógica da conservação, é um golpe duro em seu potencial problematizador, aproximando-a da condição de insumo para a produção de nostalgias, o que atende plenamente ao que o projeto neoliberal admite para a Cultura.

Assim como a relação entre memória e museus tem representado mais uma estratégia de manutenção da ordem social que de subvertê-la, a noção de criatividade que vigora no campo museológico opera de uma forma similar. Richard Florida (2011) diagnosticou a ascensão do interesse pela criatividade em razão desta ser, na atualidade, a nova força motriz do desenvolvimento econômico, a qual deu margem ao surgimento de um novo imperativo urbano que consiste na necessidade das cidades atraírem agentes criativos com vistas à sua própria sustentabilidade. Para este, a questão central é que estamos em meio a uma era da criatividade - o que corresponde a uma nova e distinta fase do desenvolvimento capitalista, em que as forças motrizes do desenvolvimento econômico não são simplesmente tecnológicas e organizacionais, mas humanas. Tal perspectiva tem florescido com vigor no mundo globalizado, principalmente na Esfera Cultural, evidenciando o que Jamie Peck (2005, p. 740) chamou de “novo credo da criatividade”.

No Brasil, o entusiasmo criativo se traduz na ascensão do conceito de Economia Criativa em meio às políticas culturais, inclusive as que envolvem os Museus. No ano de 2011, foi criada, dentro da estrutura do Ministério da Cultura, uma Secretaria específica para lidar com o tema. No mesmo ano, foi elaborado o Plano

Nacional de Cultura, onde ao menos 4 metas constantes do documento dizem respeito diretamente à temática¹⁴.

No que diz respeito aos Museus, tal proximidade se revela com grande clareza por meio do Plano Nacional Setorial de Museus, documento concebido coletivamente por meio da participação de vários segmentos e sob a mediação do Ministério da Cultura. Neste, foi adotada a linha “Economia Criativa e Cultura” enquanto eixo estruturante da política a ser implementada no decênio 2010 – 2020, o qual está descrito da forma seguinte:

Fomentar a relação museu-comunidade, considerando a função social dos museus, produzindo novas perspectivas de geração de renda pautadas em produtos e serviços que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres. Nesse sentido, criando Fundo Setorial de Museus em âmbito Federal, Estadual, Municipal e Distrital voltado para entidades governamentais e não governamentais, a fim de garantir a sustentabilidade de seus planos museológicos plurianuais e destacando a manutenção dessas instituições (BRASIL, 2010, p. 17).

O processo de incorporação do credo da criatividade ao centro das políticas culturais, especialmente por meio da Economia Criativa, não se deu de forma desassociada com o processo de globalização que implicou em mudanças na relação entre Artes, Tecnologia, Memória, Mercado e Estado nas últimas décadas. Não se trata da invenção de uma relação possível entre Economia e Cultura. Não há nada de novo no fato de perceber potencialidades em agregar valor de mercado e simbólico a atividades culturais, várias proposições dessa natureza foram ensaiadas e executadas em circunstâncias passadas. A ideia de transformar tais manifestações em propriedade, e criar a infraestrutura adequada e a legalidade exigida para que estas se tornem uma atividade lucrativa, é tão antiga quando a indústria cinematográfica norte americana, por exemplo.

O seu diferencial, enquanto uma economia que dialoga com a produção cultural, reside na consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho onde o direito autoral, a posse sobre a autoria, a expropriação do trabalho intelectual - sendo estes fatores dinamizados por meio do auxílio das novas tecnologias de comunicação e informática, constituíram-se na sua base. O processo de confecção do produto

¹⁴ São estas: Meta 7) 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas; Meta 8) 110 territórios criativos reconhecidos; Meta 9) 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local; Meta 42) Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada.

cultural já não é em si o grande objeto desse sistema, mas sim a posse dos direitos autorais.

Neste sentido, a Economia Criativa propicia uma conjuntura onde a criatividade haveria de ser o principal insumo do processo produtivo, permitindo com que países pobres como o Brasil, mas dotados de criatividade, pudessem se utilizar de tais estratégias para diminuir as desigualdades econômicas e injustiças sociais. No entanto, de acordo com o modelo idealizado, para que este processo se viabilizasse haveria de ser necessário que tais nações reproduzissem algumas políticas como, e principalmente, a defesa incessante dos direitos autorais.

Uma das características da lógica neoliberal consiste em valorizar a busca por rendas em condição de monopólio, principalmente em razão das transformações advindas com o processo de globalização que corrompeu as estruturas que permitiam os monopólios locais (HARVEY, 2002, p. 98). Investimentos em atividades que revertam na posse de direitos autorais acabam por se tornar extremamente atrativos aos olhos do mercado.

Sendo assim, fica evidente que a idéia de criatividade presente nesta perspectiva - a qual foi incorporada pelo campo museal, condiz menos com uma questão artística, vanguardista, problematizadora e crítica, e acaba por se definir enquanto uma competência gerencial em viabilizar a lucratividade por meio da transformação de uma determinada atividade social em um produto cultural. Trata-se da capacidade de sacralizar determinadas manifestações culturais e resignificá-las sob a orientação de uma estética fundamentada nas demandas do mercado.

A Economia Criativa apresenta-se, então, enquanto um efeito da natureza religiosa do Capitalismo¹⁵. Nesta, o Capital evidencia de forma nítida sua obsessão por universalizar, sob todas as dimensões possíveis, a estrutura consagradora que subtrai ao uso comum tudo o que é possível de ser sacralizado. Neste caso específico,

¹⁵ Giorgio Agamben, sob a inspiração das ideias de Walter Benjamin, oferece uma importante discussão do que vem a ser a natureza religiosa do Capitalismo. Este define religião da seguinte forma: "Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso" (AGAMBEN, 2007, p. 58). A respeito do Capital, Agamben percebe-o enquanto o extremo de uma tendência já presente no cristianismo de generalizar e absolutizar, em todo âmbito, a estrutura da separação que define a religião. Na sua forma extrema, a religião capitalista realiza a pura forma da separação, sem mais nada a separar. Uma profanação absoluta e sem resíduos coincide agora com uma consagração igualmente vazia e integral. E como na mercadoria, a separação faz parte da própria forma do objeto, que se distingue em valor de uso e valor de troca e se transforma em fetiche inapreensível, agora tudo o que é feito, produzido e vivido - também o corpo humano, também a sexualidade, também a linguagem (ou tudo o que estiver ligado à criatividade) - acaba sendo dividido por si mesmo e deslocado para uma esfera separada que já não define nenhuma divisão substancial e na qual todo uso se torna duravelmente impossível: A esfera do consumo.

manifestações que tradicionalmente ainda não haviam sido sacralizadas, conduzindo-as a uma esfera onde todo o uso se torna duravelmente impossível - a esfera do consumo.

A lógica ordenadora e inclusiva que se hegemoniza a partir de então encontra nos Museus um importante instrumento. É esta vocação disciplinadora e política que permeia o discurso do Museu Inclusivo. Tomando como referência as Bases da Política Nacional de Museus, Alexandro de Jesus (2012, p. 147) aponta o quanto “a belíssima paráfrase há uma gota de sangue em cada museu é insuficiente para dar conta com gravidade do que acontece ali”, sendo o Museu um espaço compromissado secularmente com a Violência (de Estado) e, por conseguinte, com a Ordem.

Certamente, a mudança da sociedade que este discurso busca construir não traz consigo o objetivo de subvertê-la. Tampouco, é conduzida por uma práxis que problematize a fundo as raízes que conduzem à desumanização dos homens, como sugeria Paulo Freire. A transformação operada por meio do fazer museológico hegemônico, o que inclui a Nova Museologia, consiste meramente na eliminação dos obstáculos que se opõem ao progresso econômico idealizado sob a lógica do Capital. A mudança, nessa perspectiva, é a mesma planejada sob as diretrizes do desenvolvimentismo cultural, onde se busca reproduzir impositivamente um modelo idealizado de sociedade (mais democrática, urbana, liberal, empreendedora, progressista entre outras coisas), na qual as relações capital-trabalho sejam potencializadas em seu formato já consagrado.

Evidentemente, o discurso de Paulo Freire se encontra silenciado por estas diretrizes. Muito embora não seja raro, como podemos perceber por meio de uma referência anterior, que importantes agentes do campo museal brasileiro defendam a existência de uma herança viva do seu pensamento no fazer museológico da Nova Museologia.

Diante disso, percebe-se que a incongruência existente entre: os fundamentos que definem a transformação social por meio da emancipação humana; o discurso hegemônico da Museologia a respeito da mudança social; e o entendimento que reafirma a importância de Paulo Freire para a Museologia - embora esta se distancie dele em questões fundamentais na atualidade, acaba por constituir uma característica fundamental do referido campo que é a existência de projetos distintos e antagônicos em sua composição, sendo ambos cobertos por uma manta de uma falsa sintonia..

4. Considerações finais

Embora alegue filiação a um projeto emancipatório, o caminho idealizado pela Nova Museologia, enquanto alternativa para mudança social, acaba por potencializar a própria manutenção e reprodução da ordem social responsável pela exclusão das comunidades as quais busca dar centralidade. Em suas variantes, como a Sociomuseologia ou a Museologia Social, a operação discursiva que flutua entre um léxico politizante e um pragmatismo liberal acaba por se repetir em escalas e formatos que variam, mas que acabam por terminar no mesmo produto.

A operação discursiva que tenta associar a renovação dos museus ao pensamento de Paulo Freire é bastante esclarecedora sobre este processo. Enquanto são comuns iniciativas museológicas que se apresentam enquanto libertadoras e fundamentadas na Pedagogia do Oprimido, suas práticas educativas se direcionam ao fortalecimento de uma cultura gerencialista e empreendedora como caminho para a construção da consciência crítica.

Esta relação paradoxal representa o quanto a Modernidade ainda delimita os limites do Museu enquanto institucionalidade. A suposta renovação museológica ocorrida nas últimas décadas do século XX foi incapaz de superar o projeto Moderno, o que se percebe por meio do quão receptivos são os museus ao conservadorismo de ideologias que reproduzem contradições sociais em meio às relações entre Mercado, Estado e Sociedade. Aqui, percebemos uma harmonia com o que afirma Boaventura da Souza Santos ao acusar a ascensão da globalização neoliberal no mesmo período como supressora da discussão acerca da emancipação social já que, segundo esta ordem, a sociedade boa já está conosco, carecendo apenas de consolidação (SANTOS, 2003, p. 7).

Se, então, situamos o papel social do Museu enquanto propriedade do que é estabelecido pela Governamentalidade Moderna, parece-nos evidente que o referido paradoxo - que envolve ao mesmo tempo Ordem e Transformação - é resultante de sua própria condição institucional, reflexo da forma basilar com a qual os museus vêm se edificando socialmente desde os séculos passados. Ou seja, é na própria institucionalidade dos museus que existe o anteparo que determina a inconsistência de seu anseio emancipatório.

Por conseguinte, se é tal institucionalidade um espaço de ordem, mesmo que na retórica de seus agentes esteja presente um anseio transformador, parece-nos ser um importante caminho para a construção de uma alternativa emancipatória a

desnaturalização dos conceitos comuns ao fazer museológico – como Público, Patrimônio, Preservação, Conservação, Comunicação e Gestão entre outros – a fim de que os fluxos moleculares (GUATTARI, 1985) possam constituir um modelo de institucionalidade que seja afeita ao novo, ao inepto e que em seus fluxos e devires se constitua em um espaço de fala dos que são silenciados, ao invés de mirarem meramente sua inclusão na ordem vigente.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALVES, Vânia S.; REIS, Maria Amélia. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. *Museologia e Patrimônio*. v. 6, n. 1, p. 113-134, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/253/220>. Acesso em: 30 de ago. 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRASIL. *Aspectos conceituais da vulnerabilidade social. Convênio MTE –DIEESE – Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas*. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: EDITORA, 2007.
- BRASIL. *Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020*. Ministério da Cultura. Brasília: MinC/Ibram. 2010. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf> Acesso em: 30 de ago. 2014
- _____. *As Metas do Plano Nacional de Cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.
- BURITY, Joanildo. Cultura e Desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 51-66.
- DESVALLÉES, André. dir., Vagues, une anthologie de la nouvelle muséologie, Mâcon, éditions W, Savigny-le-Temple, M.N.E.S, v.1, 1992.
- FLORIDA, Richard. *A ascensão da Classe Criativa: Seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. [Entrevista] 1997. Entrevista concedida à Luciana Burlamaqui em 17 de Abril de 1997. São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pSyAZAWlr1I>. Acesso em: 26 de abr. 2014.
- GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. 3. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.
- GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo*. 4 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- HARVEY, David. The art of rent: globalization, monopoly and cultural production. *Socialist Register*, v. 38, p. 93-110, 2002. Disponível em: <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5778>. Acesso em: 30 ago. 2014
- HUYSEN, Andreas. Escapando da Amnésia: O Museu como Cultura de Massas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 35-57, 1994.
- ICOM, 1972, I. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE - ICOM, 1972. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.15, n. 15, p.111-121, Jun. 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335/244>>. Acesso em: 18 de Aug. 2014

ICOM, 1992, I. DECLARAÇÃO DE CARACAS - ICOM, 1992. *Cadernos de Sociomuseologia* v. 15, n., 15, p.243-265, Jun. 2009a. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>>. Acesso em: 11 de Mai. 2014.

JESUS, Alexandro S.. Políticas da Cultura e Espaços Decoloniais: elementos para uma teoria sobre o Museu Inclusivo. *Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais*, v. 3, p. 138-155, 2012.

JEUDY, Henry-Pierre. [Entrevista] 2002. Maquinaria Patrimonial. Entrevista concedida a Paola Berenstein Jacques em Novembro de 2002. Salvador-BA. Disponível em: www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3234/2352 . Acesso em: 11 Mai. 2015.

_____. *O Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEHER, Roberto. Programa de Aceleração do crescimento a heteronomia cultural. *Revista de Políticas Públicas*, v. 1, p. 9-102, 2007.

_____. Neoliberalismo se apropria da idéia de “inclusão” para privatizar a educação. *Jornal dos Sem Terra*, n. 308, Nov-Dez, 2010.

LOVATTO, Angélica. A Utopia Nacionalista De Hélio Jaguaribe – Os Temos Do Iseb. *Revista Lutas Sociais*. No. 3. p. 59-88, 1996.

MARTINI, Renato Ramos. Os Intelectuais do Iseb, Cultura e Educação nos anos cinquenta e sessenta. *AURORA*. Ano III n. 5, p. 59-77, Dezembro 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Feuerbach – A contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista*. 3. ed. São Paulo, Martin Claret, 2005

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda Consideração Intempestiva*: Da vantagem e desvantagem da história para a vida; Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PECK, Jamie. Struggling with the Creative Class. *International Journal of Urban and Regional Research*. V.29, n.4, p.740–770, Dez. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 65, p. 3-76, maio 2003.

SANTOS, Maria Célia. REFLEXÕES SOBRE A NOVA MUSEOLOGIA. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.18, n.18, p.93-139, Jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>>. Acesso em: 18 de Aug. 2014.

VALENTE, Luiz Fernando. Paulo Freire: Desenvolvimento como prática da liberdade. *Revista Alceu*. v. 9. n.18, p. 186-197, jan./jun. 2009.

VAN MENSCH, Peter. Museology and management: enemies or friends? Current tendencies in theoretical museology and museum management in Europe. In: MIZUSHIMA, E. (red.), *Museum management in the 21st century*. Tokyo: Museum Management Academy, 2004. p. 3-19.

VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro*: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre. Medianiz, 2012.

YÚDICE, George. Museu molecular e desenvolvimento cultural. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). *Economia de museus*. Brasília: MinC/IBRAM, 2010. p. 22-52

_____. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2006.

_____. Economia da Cultura no Marco da Proteção e Promoção da Diversidade Cultural. Oficina Virtual de Economia da Cultura e Diversidade. *Seminário Internacional da Diversidade Cultural*, Ministério da Cultura do Brasil, Brasília, 2007. Disponível em:

http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=george_yudice Acesso em: 05 de Mai. 2014.

ZANELLA, José Luiz. Considerações sobre a Filosofia da Educação de Paulo Freire e o Marxismo. *Quaestio* (UNISO), v. 9, p. 101-122, 2007.

Data de recebimento 01.10.2014

Data de aceite 16.12.2014